

*Discurso proferido por ocasião da cerimônia de lançamento do Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior com assinatura de Protocolo de Atuação Conjunta MEC/BNDES*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 25 DE MARÇO DE 1997**

*Senhor Ministro da Educação, Professor Paulo Renato; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Presidente do BNDES; Senhores Senadores; Senhora Senadora; Senhores Deputados; Senhores Reitores; Senhoras Reitoras; Senhoras e Senhores,*

Eu tenho muito pouco a acrescentar ao que foi dito pelo Ministro da Educação e complementado pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Creio que o Ministro da Educação mostrou a importância desses programas que nós estamos iniciando. As cifras são tão impressionantes que requerem um banqueiro ao lado: 1 bilhão de reais. É muito recurso. Mas isso não é o mais importante. O mais importante é o modo como esse recurso está sendo mobilizado, o modo como vai ser gasto e a maneira pela qual não só as universidades públicas, como as privadas, terão o apoio do Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para a boa utilização desses recursos.

Isso dá um sinal de que nós começamos a ter condições, no Brasil, de um investimento de maior vulto na área da educação. Assim como

eu espero que nós possamos fazê-lo para a área da saúde. E, em parte, os recursos da Educação irão para a área da saúde, via hospitais universitários.

Tenho feito alguns comentários de uns tempos para cá, que vou reiterar. Nós estamos passando de uma fase de escassez absoluta de recursos para um começo da existência de recursos. Isso se deve ao plano de estabilização e se deve ao fato de o Governo ter dito “não” muitas vezes – e vai continuar dizendo, porque, se a moeda não for estável, tudo vai se esfumar num processo inflacionário e nós não vamos permitir isso.

No começo é difícil, as pessoas reclamam, não vêem o horizonte, mas os que têm mais experiência de vida e mais descortino sobre as coisas públicas sabem que era necessário haver, como está havendo no Brasil, uma mudança muito profunda na nossa mentalidade, no trato do recurso – sobretudo no recurso público – para que nós pudéssemos, como começamos a poder agora, a destinar mais recursos e, sobretudo, destinar melhor os recursos disponíveis para aquilo que conta. E entre o que conta, fundamentalmente, a educação e a saúde estão aqui em primeiro e principal lugar. É muito fácil falar e muito difícil realizar, mas nós estamos realizando.

O Ministro Paulo Renato fez um esforço imenso no que diz respeito à educação primária e nós nos concentramos nisso. Agora, já há condições para divisarmos os outros níveis da educação: educação técnica, secundária e superior, que vão também ser alteradas, e a convergência de esforços do setor público com o setor privado, todos eles dentro de um critério que é de avaliação e de qualidade. Disso não podemos abrir mão porque, se o fizermos, estaremos abrindo mão do nosso futuro. O futuro vai depender, crescentemente, da capacidade brasileira de gerar pesquisa, ciência e tecnologia, e melhorar a qualidade; de generalizar o acesso à educação e dar uma educação de bom nível. Repito, tudo isso foi possível porque nós tivemos e temos um programa de estabilização econômica, é o que está começando a dar os seus frutos.

O Ministro Paulo Renato mencionou que chegará o momento das carreiras, chegará o momento da recuperação da capacidade de compra

do salário, mas não dá para fazer tudo de uma vez só e governo que se preza diz “sim” e diz “não”, e organiza no tempo a sua agenda. E se preocupa pouco com a gritaria injusta dos que não estão entendendo o rumo das coisas. Hoje, o País tem rumo, as pessoas sabem que as coisas estão começando a acontecer e vão acontecer mais.

Foi muito difícil começar a reorganizar o Brasil. Não é só na educação, não. Pensem em agricultura, o que foi feito com a agricultura? Foi feito um trabalho imenso para a tentativa de recuperação e apenas agora os frutos começam a ocorrer, assim como começam a ocorrer os frutos nos vários sentidos do investimento. Agora que começa a haver recursos, a questão fundamental é a gestão desses recursos: nós estamos mudando da “escassez absoluta” para o problema da “falta de qualidade na gestão” – falta de capacidade de gestão pública e privada e falta de entrosamento dos vários setores do Governo para que essa gestão produza maiores efeitos.

O BNDES e o Ministério do Planejamento têm modificado sensivelmente os critérios de utilização dos recursos. O Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros falou aí em TJLP+1. Eu pedi que ele traduzisse isso: é simplesmente uma taxa de juros que dá 11%+1. Taxa de juros de longo prazo que eles chamam de TJLP para a gente não saber o que é. Mas o Presidente do BNDES dirige um banco que dispõe de quase tantos recursos quanto o Banco Mundial. Eu, recentemente, jantei com o Presidente do Banco Mundial aqui no Alvorada e, conversando sobre os recursos, o Banco Mundial deve dispor, para distribuir no curso de um ano, o quê? 12, 13 bilhões de reais, de dólares. Isso é quase a mesma coisa de que o BNDES dispõe, quase a mesma coisa. Então, trata-se de utilizar bem esses recursos. E o BNDES está utilizando esses recursos na renovação do Brasil, na renovação do setor industrial, na abertura de novas linhas de crédito e exportação, no financiamento da pequena e média empresa – o que nunca havia sido feito –, na formação de fundos para o que aqui se chama de “Bancos do Povo”.

O BNDES, que sempre foi o banco dos ricos, passa a ser um banco que se preocupa com o social. Passa a ser um banco que se preocupa com os recursos para os bancos de pequenos empréstimos, para empre-

sa média e pequena e agora passa a prestar serviços à universidade, como o presidente do BNDES aqui explicou. O BNDES tem uma imensa experiência em problemas difíceis como os da desmobilização de patrimônio. E também experiência em como é que se transforma esse patrimônio – que é, às vezes, até um entrave para a universidade – em alguma coisa que é útil para o investimento produtivo, e o investimento produtivo na universidade é o investimento em pessoas. É o investimento no aperfeiçoamento do professorado, etc.

Eu não quero entrar em assuntos mais delicados, porque eu não assisti, infelizmente, ao programa de ontem do Presidente do BNDES, mas já soube dos ecos do programa, e, evidentemente, há muita gente que não entende os processos modernos e não entende a privatização de uma empresa que não rende nada para o Governo, que, se bem feita, protege o patrimônio – como no caso da Vale do Rio Doce em que o patrimônio mineral está protegido. E, daqui para frente, de tudo o que for descoberto, metade continuará sendo do Governo.

Quem disse que estamos jogando fora o subsolo do Brasil é porque não leu, porque não sabe, porque não quer saber, não quer se informar e quer criticar também. Tem todo o direito, só não tem a razão. Tem o direito de espernear, mas não tem razão porque está usando uma argumentação que é falsa, porque o bem comum exige que se aplique melhor o dinheiro que é do povo e não que se aplique esse dinheiro, pura e simplesmente, para gáudio de quem? Do povo? O que é que o povo ganha? Mas, na medida em que se preserva o patrimônio, na medida em que se mantêm as reservas ecológicas que hoje estão com a Vale do Rio Doce, na medida em que isso ocorre, está se utilizando melhor o dinheiro público, adequadamente. E adequadamente é, realmente, na educação, na saúde, na tecnologia e no desenvolvimento científico, é na invenção de novas técnicas e, eventualmente, até no lançamento de empresas estratégicas que precisem de um apoio do Governo.

Essa é a orientação deste Governo, transparente, que não tem nada a esconder, mas que tem como preocupação central a pessoa, o ser humano, o cidadão, a área social. Eu ontem brinquei aqui, os jornais hoje já fizeram um grande carnaval, porque eu falei “neobobismo”. Foram até

ver no vernáculo se existe isso. Claro que não existe. Mas assim se distraem, porque, realmente, as pessoas perdem tempo com análises vazias e começam a botar etiquetas como se nós não estivéssemos fazendo o oposto do que eles estão dizendo. Nós estamos cuidando não é do mercado, não – também cuidamos do mercado, sim, também cuidamos da moeda sim, sem a qual nada haveria – mas, a preocupação central do Governo é com o social, é com a educação, é com a saúde, é com o desenvolvimento científico e tecnológico, é com o meio ambiente, é com a cultura. Essa é a preocupação central. Quem não vê isso é porque usa lentes enviesadas. Aliás, não são nem lentes, às vezes estão olhando para trás. Estão olhando para o passado e estão querendo julgar um momento de transformação que vê o futuro com o olhar do passado. Aí, perdão, mas é “neobobismo” mesmo, porque o pior cego é o que não quer ver.

Eu não ia falar nesses temas que não cabem numa reunião de reitores, de reitoras, mas, já que o Presidente do BNDES se situou no vértice dessas duas transformações, é bom que se entenda o sentido, realmente, das transformações e é bom que se mantenha muito viva a convicção de que, realmente, nós estamos fazendo o que podemos para mudar aquilo que é fundamental na área social: e educação é fundamental.

Apesar de eu ter dito – e reitero que este ano eu quero chamar a atenção para a saúde –, o Ministro da Saúde sabe que precondição para uma boa saúde é a educação, e que não vai haver avanço significativo nem sequer na área da saúde se não houver educação, e se não houver, sobretudo, a fusão dos esforços entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, que é o que nós estamos propondo, e agora com muito agrado, vendo que as pessoas que mexem com a área econômica estão percebendo que elas têm um aporte fundamental também a dar na renovação da área da educação e, amanhã, na área da saúde. É isso mesmo, o BNDES não vai ser privatizado coisíssima nenhuma. O que vai ser é, cada vez mais, um banco social, porque tem um S lá, e esse S quer dizer social, BNDES – isso foi agregado depois – quer dizer Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e claro que nessa compreensão que é nossa, de que não se pode pensar o social separado

do econômico, nem vice-versa, porque, quem pensa estanquemente essas duas coisas não é capaz de resolver a equação, ela não fecha. É preciso ter crescimento econômico, é preciso ter investimento, é preciso ter moeda estável, para que haja, não com subproduto automático, não via, apenas, ação do mercado, mas via políticas públicas, realmente, uma transformação qualitativa da sociedade.

Termino, pois, felicitando o Ministério do Planejamento, o BNDES, o Ministério da Educação, e vejo que o Ministério da Saúde vai levar uma lasquinha e o Ministério de Ciência e Tecnologia também, não é? Eu tenho certeza de que o Ministro Clóvis está aqui para desenterrar tudo isso para que nós possamos fazer tudo o que o Ministro da Educação prometeu.

Muito obrigado.